

1

**ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO: REFLEXÕES E
PERSPECTIVAS DA 25^a REUNIÃO BRASILEIRA DE
ANTROPOLOGIA – GOIÂNIA – GO**

PATRIMÔNIO E CULTURA: PROCESSOS DE POLITIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Mónica Rotman¹
Alicia Norma González de Castells²

Este trabalho desenvolve-se a partir da nossa coordenação do Grupo de Trabalho *Patrimônio e Cultura: Processos de Politização, Mercantilização e Construção de Identidades*, que se levou a cabo na ocasião da 25^a Reunião Brasileira de Antropologia.

Os trabalhos apresentados nessa oportunidade tiveram uma grande diversidade, cobrindo um amplo campo temático e focalizando alguns dos distintos tópicos que conformam a problemática patrimonial.

Dadas as características desta publicação, estruturamos nosso artigo em duas seções: na primeira, esboçaremos sinteticamente os delineamentos que surgiram nos trabalhos apresentados no nosso Grupo de Trabalho; na segunda, deter-nos-emos brevemente ao tratamento de algumas questões de interesse sobre a problemática patrimonial: as mudanças produzidas na categoria, a distinção conceitual entre tangível e intangível e a complexa vinculação com os setores subalternos.

¹ UBA-CONICET.

² Coordenadora do NAUI-Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural/ PPGAS/UFSC.

Patrimônio e Cultura: Processos de Politização, Mercantilização e Construção de Identidades

Delineamentos gerais do Grupo de Trabalho

Dentre os trabalhos apresentados, alguns tiveram um conteúdo exclusivamente teórico, aprofundando conceitos e categorias centrais da problemática patrimonial, enquanto outros focalizaram estudos de caso, articulando seu referencial teórico com temas específicos. Cabe destacar a riqueza e variedade temática que apresentaram estes últimos.

Na totalidade dos trabalhos, foi possível constatar a expansão do conceito de patrimônio nas últimas décadas, abarcando, na atualidade, uma diversidade de tópicos e somando produções culturais dos setores subalternos. Cabe assinalar, ainda, que grande parte das apresentações sinaliza a íntima relação do patrimônio cultural com temáticas referentes ao turismo e a diversos processos identitários.

Nos trabalhos do GT, apareceram temas “tradicional” da problemática do patrimônio na cidade, assim como perspectivas inovadoras em relação às populações indígenas. Igualmente, alguns trabalhos abordaram objetos de investigação novos, como a gastronomia, cujo estudo se tem multiplicado nos últimos anos.

Por outro lado, retomando as perspectivas atuais do patrimônio, os trabalhos contemplam a intervenção dos múltiplos agentes que participam no campo, como o Estado, as instituições privadas, ONG's, outras associações civis e populações locais.

Parte dos trabalhos abordou um tema relevante na matéria, o das políticas públicas patrimoniais, isto é, a intervenção do Estado. Vinculado estreitamente com esta problemática, alguns estudos abordaram o tópico da legislação.

Cabe ressaltar que a discussão sobre esse tópico mostra claramente as lacunas e as dívidas pendentes na legislação brasileira. Dá conta também da necessidade de se adequarem as leis nacionais e as locais aos argumentos e aos documentos produzidos pelos organismos internacionais pertinentes, assim como às novas conceituações que se têm produzido no campo acadêmico sobre a questão do patrimônio.

Como produto da discussão grupal e em contraposição com certas concepções essencialistas, concordamos em destacar que a dinâmica e

a inovação são fatores constitutivos de todo o processo patrimonial. Além disso, foi sinalizada a necessidade dos estudos sobre a questão de o patrimônio continuar abordando conjuntamente suas dimensões simbólicas, políticas e econômicas.

Registro

Reconhece-se que historicamente os processos de construção patrimonial têm sido associados fundamentalmente aos tempos do Estado-Nação, vinculados à sua utilização como recurso de unificação do mesmo; neste sentido, o patrimônio, enquanto suporte e recriação simbólica das identidades, tem operado fundamentalmente na conformação e na reprodução da identidade nacional.

Isso acarretou a seleção de bens (culturais, históricos e artísticos) determinada pelos interesses desse Estado (e suas classes hegemônicas), que usualmente não tem contemplado a nação real. Tal fato ocorreu na maioria dos Estados latino-americanos, que, sendo nações com produções culturais heterogêneas, vêm excluindo parte das mesmas, privilegiando um patrimônio cultural dominante.

Desde os âmbitos acadêmicos, tem sido profundamente descrita e analisada criticamente a lógica da construção de patrimônios nacionais. Organismos internacionais têm elaborado normativas e recomendações tendentes à revisão e à modificação de acepções, de conteúdos e de critérios referentes à concepção clássica do patrimônio.

As novas perspectivas advogam na atualidade pela “ampliação” do conceito de patrimônio cultural para que este abarque manifestações culturais constitutivas da diversidade cultural passada e presente que tem construído a nação. Neste sentido, pugna-se pela valorização e pela inclusão de diferentes expressões culturais como parte integrante dos patrimônios nacionais, dentre elas aquelas produzidas por setores subalternos.

Na direção apontada, **Wanessa Pires Lott**, em seu trabalho *Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares: o início de uma mudança na política patrimonial belo horizontina*, examina o tombamento de dois espaços de comunidades religiosas negras – a comunidade banto-católica da “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá” e o terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan”, os quais configuram “patri-

mônios” que tradicionalmente não têm sido objeto de atenção pelos organismos preservacionistas. Tratava-se do reconhecimento e da inclusão do elemento negro na construção da identidade oficial da cidade.

Cabe assinalar que a consideração e a valorização de patrimônios das classes subalternas por parte dos poderes públicos se apresentam, com freqüência, fortemente associadas a circunstâncias sociais e políticas específicas, muitas vezes ligadas à ação de diferentes agentes que contribuem para o seu reconhecimento.

Pires Lott menciona a incidência, nos processos de patrimonialização analisados, de uma forte articulação dos movimentos negros na cidade de Belo Horizonte. Além disso, expõe que a visibilidade do movimento inscreve-se em um marco político mais geral: a vitória do denominado Frente BH-Popular, liderado pelo Partido dos Trabalhadores na campanha eleitoral para prefeito de 1992.

Por outro lado, na atualidade, a valorização das expressões patrimoniais dos setores subalternos muitas vezes ainda não encontra nas instâncias institucionais instrumentos de registro pertinentes, ferramentas que possibilitem identificar e circunscrever adequadamente as dimensões significativas que dêem conta dos fenômenos que devem ser objeto de preservação; ao mesmo tempo, as ações dos organismos do Estado com freqüência carecem de continuidade – ambas dificuldades também encontradas por Pires Lott nos casos analisados do terreiro e da irmandade.

A autora assinala, por outro lado, uma questão que atualmente é de sumo interesse: refere-se aos processos de transformação produzidos nas concepções e nas práticas das instituições locais e que resultam ser, em parte, produto da articulação entre os instrumentos legislativos em nível nacional (sobre a questão cultural/patrimonial) e as ações que se desenvolvem no nível da cidade.

A questão jurídica constitui uma área complexa dentro da temática patrimonial, apresentando aspectos sumamente problemáticos. As dificuldades de teor legislativo são imensas. **Marcus Vinícius Carvalho Garcia**, em seu trabalho *Línguas como patrimônio. Relato de um processo de busca por reconhecimento*, argumenta neste sentido. O autor pretende dar conta do estado atual da discussão sobre políticas lingüísticas e sua relação com a política patrimonial. Analisa dois casos: a solicitação do IPHAN em 2001 de Registro da língua como

patrimônio cultural do Brasil (demanda efetuada por uma associação de falantes de Talian – dialeto de origem italiana que segundo se afirma só é falado no Brasil) e o “Seminário sobre a Criação do Livro das Línguas”, que teve lugar na Câmara dos Deputados, em Brasília, em março de 2006. É interessante destacar, em primeiro lugar, que a solicitação foi rechaçada e considerada improcedente, basicamente devido à ausência, neste momento, de um aparato legal que admitisse tal tipo de bem (o Decreto nº 3.551/00, que institui o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, não contempla como uma das categorias organizadoras um “Livro das Línguas”).

Para além de que a negativa se fundou em uma inadequação das disposições legais, tal carência no plano jurídico se soma a outra questão: as diversas concepções de patrimônio que se articulam desde o Estado até os reclamantes, relativamente às condições que se exigem dos fenômenos para serem considerados patrimonializáveis. Neste sentido, cabe sublinhar a condição do patrimônio como um campo aberto e em discussão, em que se define que bens/fenômenos se incluem e que lugar os memos ocupam nas diferentes manifestações culturais provenientes de diferentes grupos sociais.

A bibliografia sobre o tema vem assinalando suficientemente a multiplicidade de atores que participam dos processos de construção do patrimônio cultural. Outra característica recente que vem assumindo esse desenvolvimento é o tipo de relacionamento entre o Estado e os diversos setores sociais envolvidos, que admite distintas instâncias de negociação. Neste assunto, Carvalho, a partir dos casos analisados, dá-se conta do dinamismo que tem adquirido a questão patrimonial em relação com a interação Estado-sociedade; observam-se a participação e o envolvimento da sociedade civil nos pedidos de declaração de patrimônios e sua vigorosa intervenção nas negociações.

Um último destaque que entendemos de interesse no trabalho mencionado é a referência que faz o autor às distintas estratégias de ação implementadas para lograr o reconhecimento de línguas como patrimônio cultural, ligadas aos diferentes tipos de demandas. Neste sentido – e seguindo as recomendações de foros internacionais promovidos pela UNESCO –, as instituições estatais tendem a direcionar suas políticas para os grupos sociais que têm maiores dificuldades para a reprodução de suas tradições.

Na atualidade, tem-se privilegiado a condição do patrimônio como um campo aberto e em discussão. Precisamente **Cristiana Fernandes, Izabela Tamaso e Maria Geralda de Almeida**, no trabalho *Os Conguinhos de Niquelândia: uma interpretação dos sentidos e significados de sua produção e consumo*, caminham nesta direção. As autoras descrevem o caso de uma produção artesanal (os “conguinhos”) de recente existência, promovida por um organismo estatal (a Secretaria de Cultura do Município de Niquelândia), apostando na “valorização” da cultura local a fim de promover a cidade. O trabalho permite visualizar as novas vinculações que se estabelecem na atualidade entre o patrimônio e diferentes tópicos que referem e privilegiam o turismo e o mercado.

As autoras posicionam a produção artesanal descrita como parte da “cultura popular”, refletindo, ao mesmo tempo, acerca da pertinência do conceito. As características do fenômeno levam as autoras à discussão sobre os critérios de definição do patrimônio e sobre a exploração das condições que possibilitam a generalização e o desenvolvimento dos processos de patrimonialização.

Maria das Graças Vanderlei da Costa, em seu trabalho *O Careta de Triunfo: quem te viu? Quem te vê?*, retoma o tema da cultura popular em relação com processos de construção de identidades locais. A autora analisa as características e os significados de uma manifestação cultural (O Careta) e as mudanças ocorridas nela em função das transformações que se sucederam na cidade e no Estado de Pernambuco, tomando em conta, ainda, as políticas locais. Focaliza seu estudo em dois espaços de relevância para tal expressão cultural: o carnaval e as representações para turistas.

Os artigos sobre patrimônio têm assinalado freqüentemente a vinculação do patrimônio com a identidade; também têm marcado a capacidade do patrimônio para representá-la e a sua utilidade na construção e na reprodução da mesma. Entretanto, na atualidade, o patrimônio não se relaciona somente com processos identitários em escala nacional, mas também, em igual ou maior medida, com processos identitários em nível local, implicando distintos coletivos sociais.

Vanderlei da Costa observa precisamente que “O Careta”, principal manifestação da cultura popular de Triunfo, constitui-se como elemento que contribui para a construção identitária da cidade, apoiando-se, neste

processo, em características que favoreçam sua distinção em relação a outros grupos sociais (a identidade entendida como diferença). Da mesma forma, o turismo e as políticas culturais dos organismos institucionais contribuem para o desenvolvimento de tais processos identitários, uma vez que participam das mudanças ocorridas na localidade. Por último, a autora assinala como as transformações ocorridas em Triunfo têm favorecido a conversão da cultura popular em espetáculo e as dissociações em relação a seu contexto. Tal situação, em termos de impacto do turismo sobre o patrimônio, remetendo a fenômenos de espetacularização e de massificação, tem sido largamente referida e criticada na bibliografia sobre o tema.

Por outro lado, a vinculação do turismo com o patrimônio admite outras leituras. Numa direção oposta à assinalada, alguns estudiosos observam que os efeitos que o turismo pode ocasionar sobre as comunidades objetos de tais empreendimentos não são necessariamente negativos. **Júlio César Butuhy, Celso Ramos de Oliveira e Alexandre Abbud Sato** orientam seu trabalho nessa linha argumentativa, porém eles se concentram no denominado “patrimônio gastronômico”. Cabe ressaltar que o estudo desse assunto tem-se incrementado notadamente durante os últimos anos, em íntima relação com a ampliação do conceito de patrimônio, que progressivamente tem admitido a incorporação e a “legitimação” de certas categorias de bens (dentre eles, os culinários, aqui mencionados).

No trabalho *A preservação da gastronomia Tropeira e seus impactos no Turismo e na cultura da Cidade de Silveiras – SP*, os autores analisam a relevância da preservação da cultura “tropeira” e a sua gastronomia para a cidade de Silveiras e marcam como tal fato foi convertido em um atrativo cultural para o município. Chamam a atenção para a importância que se tem atribuído ao “turismo gastronômico”, a ponto de ser equiparado com outros segmentos do setor. Para os autores, a gastronomia forma parte do turismo cultural; eles assinalam que a culinária ocupa um lugar de destaque dentro das tradições tropeiras e observam que tanto seu “resgate” como o fomento do turismo contribuem para a valorização da cultura da região. Do ponto de vista adotado, afirma-se que o turismo contribui para a revitalização da identidade cultural, para a preservação dos bens culturais e das tradições, operando como uma atividade que pode gerar mecanismos de

sustentabilidade próprios para a cidade.

Os reposicionamentos atuais colocam num plano de destaque o patrimônio entendido em sua condição de mercancia. Sob esta perspectiva, têm proliferado estudos sobre o tema que analisam o patrimônio em íntima relação com a problemática urbana e especificamente com a questão da imagem e da promoção das cidades. O trabalho de **Natália Miranda Vieira** – *A exploração imagética do patrimônio cultural* – inscreve-se nesta linha de estudos e vincula o desenvolvimento da indústria turística com “espaços com carga histórica”. A autora assinala que o patrimônio histórico passa a ser valorizado e ampliado através de uma verdadeira patrimonialização dos “espaços da cidade”. Num mundo globalizado e num contexto de competitividade entre as urbes, busca-se o reconhecimento destas apelando para o conceito de “city marketing”. Observa a autora que, ironicamente, à medida que as cidades pugnam por diferenciar-se uma das outras, cada vez mais elas se tornam semelhantes.

A autora discute como a autenticidade do patrimônio edificado tem sido afetada pelos processos de revitalização em áreas históricas inseridas nos contextos descritos, passando os “lugares de memória” a ser âmbitos lucrativos, dando conta criticamente das características que exibem na atualidade as apropriações de tais espaços. Assinala, ainda, que as apropriações dos espaços se dão de maneira diferenciada e que também os padrões de investigação, de gestão e de revalorização de centros históricos possuem características variadas. Exemplifica tais processos mediante três intervenções: a recuperação do Pelourinho, a revitalização do bairro do Recife e a revitalização do centro histórico de São Luís.

Ressaltamos anteriormente que as perspectivas atuais do patrimônio contemplam a participação de múltiplos agentes que intervêm no campo, possuindo e representando interesses diferentes. Também em relação com a problemática urbana, o trabalho de **Daniel Roberto dos Reis Silva**, intitulado *De Cine-Teatro a Patrimônio Cultural; o patrimônio enquanto zona de contato e gênero de conflito*, aborda a dita questão e explora a vinculação patrimônio-mercado em termos de disputas/debates e tensões. O autor analisa o processo de patrimonialização do Cine Teatro Central (CTC) na cidade de Juiz de Fora. Descreve os detalhes e discussões que tiveram lugar nesse

momento, destacando a centralidade da questão da situação jurídica do imóvel: sua condição de propriedade privada. O autor analisa as posições sustentadas pelos distintos atores sociais. Enquanto o Estado e setores da sociedade civil apoiaram fortemente o processo de patrimonialização (funcionários dos organismos municipais caracterizavam o CTC como “lugar cultural”, e instituições civis o catalogavam como “lugar de memória”, representativo de “valores artísticos, arquitetônicos e plásticos”), os proprietários do edifício argumentavam com o objetivo de proteger sua propriedade sobre um bem material, considerando que o CTC era “uma fonte de empreendimento comercial e privado”.

Dos Reis Silva mostra, a partir do contraponto entre as distintas posições assumidas pelos diferentes atores sociais, como foi significada a categoria de patrimônio (implicando distintas concepções de história e de desenvolvimento e de uso da cidade) e como o interesse público/coletivo e a propriedade privada/particular se posicionam em termos antinômicos. Conclui que o patrimônio se constitui em campo de disputa e se situa em permanente tensão com o mercado.

Assim como os estudos sobre patrimônio focalizados na problemática urbana têm tido um desenvolvimento considerável, aqueles orientados para as produções culturais contemporâneas dos povos originários não têm tido a mesma dinâmica. Resultam importantes, então, trabalhos que exploram as vinculações entre patrimônio e populações indígenas. **Agenor José Teixeira Pinto Farias** formula, em seu trabalho *Identidades, fronteiras e políticas de relacionamento: o patrimônio cultural no contexto da mundialização*, uma reflexão acerca dos processos de construção de identidades étnicas, analisando como isso atua na demarcação de fronteiras, que derivam em diferentes políticas de relacionamento, constituindo a noção de patrimônio num de seus eixos articuladores. O autor retoma a discussão sobre os conteúdos e implicações da categoria de Patrimônio, desde a especificidade dos povos originários, mostrando a riqueza do conceito e sua capacidade analítica em relação a esses grupos.

Teixeira Pinto Farias se detém à arte kusiwa (pintura corporal) dos waipapi (etnia tupi-guarani) do norte do Brasil, que constituiu o primeiro bem cultural étnico de uma população indígena, registrado no Livro dos Saberes do Patrimônio Imaterial do IPHAN. O autor

assinala como tal inclusão conferiu legitimidade a um processo étnico-cultural complexo, concentrando e comprimindo tal multiplicidade em elementos que poderiam ser articulados na forma de uma “síntese condensada”.

Também referindo a povos originários, **Cecilia Benedetti**, em seu trabalho *Patrimonio cultural y problemática artesanal. El caso del pueblo Chané de Campo Durán*, analisa as práticas de patrimonialização vinculadas à produção artesanal de uma etnia do norte do território argentino. Seu estudo aborda as modificações que se produziram em tais processos, desde princípios do século XX até a atualidade. Hoje o patrimônio vincula-se estreitamente com o tópico do desenvolvimento, e essa questão tem sido trabalhada com populações rurais tanto na Europa como na Latinoamérica. Benedetti explora essa relação com a população Chané. Assinala a relevância que têm cobrado as Organizações não governamentais (ONG) que atuam na região, as quais apelam para a produção artesanal como um modo de promover o desenvolvimento desses grupos. Tais instituições valorizam os bens artesanais a partir de sua dupla dimensão econômica e cultural e apreciam seu caráter identitário. A autora relaciona essas ações com os novos paradigmas sobre patrimônio, que o concebem como recurso e como fator de desenvolvimento. As produções culturais promovidas no mercado apoiadas na identidade étnica potencializam a economia das populações; sob essa perspectiva, a revalorização de seus recursos culturais implicaria uma boa rentabilidade para tais grupos. A ênfase está posta na revitalização do “local” e em sua potencialidade econômica no contexto atual.

Laura Cardini, em seu trabalho *El patrimonio cultural indígena: artesanías de los pueblos originarios asentados en la ciudad de Rosario, Argentina*, também retoma a problemática artesanal, focalizada desta vez nos povos Toba e Mocoví, que, em sucessivos processos migratórios, se instalaram na cidade de Rosário, inserindo-se no contexto urbano. A autora rastreia historicamente os distintos períodos que atravessaram a produção de artesanatos de tais grupos, vinculando-os às políticas sociais e culturais implantadas a partir do Estado em nível local e articulando-os com as diferentes acepções que vem adquirindo a noção de patrimônio.

Considerando que a construção de um bem como patrimônio

compreende uma intervenção hegemônica que implica processos de legitimação mas que também abarca uma dinâmica complexa referente à possibilidade de incorporação de distintos elementos a partir de novos contextos, Cardini postula a possibilidade de que as práticas atuais que se desenvolvem na cidade de Rosário, ainda que conflitantes e contraditórias, visibilizam e constituem os primeiros passos na configuração das produções artesanais de tobas e mocovies como patrimônio valorizado e atividade cultural digna de ser difundida e promovida. O trabalho utiliza a concepção de patrimônio como um espaço de disputa, onde intervêm distintos sujeitos sociais, incluindo o Estado, que não pode ser concebido sem considerar sua dimensão histórico-social e de processo dinâmico e em permanente construção e reformulação.

Um tema relevante que se tem associado historicamente ao tópico do patrimônio é o de museus. Tem-se trabalhado bastante nesta questão, enfatizando a sua dimensão patrimonial. Os pesquisadores têm indagado uma multiplicidade de aspectos: históricos, funcionais, de políticas para o setor; têm estudado os processos de construção de mostras e de coleções, os usos, significados e apropriações por parte de distintos atores sociais e têm vinculado a matéria com novos problemas.

O trabalho de **Íris Morais Araújo** – *Um exame do processo de musealização do material legado pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo* – constitui uma reflexão crítica sobre a lógica de formação e de exibição de coleções e sobre mudanças significativas que se estão produzindo nas práticas dos museus. A autora pesquisa os processos através dos quais certos materiais – neste caso produções fotográficas – se constituem como patrimônio cultural, o que garante sua preservação, divulgação e acesso à produção de conhecimento.

Especificamente, a autora centra-se na Coleção Militão Augusto de Azevedo do Museu Paulista-USP, formada através do patrocínio da Fundação Roberto Marinho durante os anos 1990. Os temas principais tratados pelo fotógrafo apontam para as transformações urbanas, a identidade paulista e os cânones familiares expressos na cotidianidade da vida doméstica. A autora analisa o modo como as fotografias são apresentadas e utilizadas na exposição, apelando a formas inovadoras para divulgar o conhecimento gerado sobre o material, produto de estudos realizados por especialistas. Morais Araújo procura desvelar

como se configurou a trama que articulou o trabalho dos curadores e dos pesquisadores e como eles colocaram em jogo novas concepções a respeito dos parâmetros que devem guiar a formação das coleções de um museu. Sob essa perspectiva, que conjuga lógicas específicas, a autora interessou-se em analisar a produção, a circulação e o consumo das imagens de referência.

Georgeana Barbosa de França também apresenta algumas considerações sobre as instituições e práticas de museu em seu trabalho *Patrimônio arqueológico e identidade cultural no vale do rio Jordão/PR*. Com o objetivo de investigar no imaginário popular o que os atores sociais da região possuem sobre o patrimônio arqueológico, ela centra-se no caso do Museu Regional de Iguazu, o qual conta com uma exposição permanente de arqueologia e etnologia de populações indígenas da região e recebe diariamente visitas de particulares e de grupos escolares. A instituição é exposta neste estudo como um lugar de vinculação entre o Estado e a sociedade, construindo uma forma de comunicação entre ambas as instâncias; também é apresentada operando como espaço no qual os habitantes da região (moradores permanentes da área) e os “forasteiros” (residentes temporários no município por motivos laborais) interagem, percebendo a exposição diferentemente. Por outro lado, a autora, interessada no estudo da dinâmica da interação social (a “organização social da diferença”), analisa as relações que mantêm os dois grupos diferentes (população local e forasteiros/“barrageiros”) que habitam a mesma área e os espaços nos quais tais tramas sociais se desenvolvem cotidianamente.

Assim como existem temas que têm sido exaustivamente trabalhados em vinculação com a questão patrimonial, como é o caso dos Museus, observam-se áreas de estudo carentes em tal dimensão. Uma delas é o das produções intelectuais das comunidades científicas. O trabalho de **Maristela Oliveira de Andrade** – *Formação do patrimônio intelectual da antropologia brasileira: cultos de memória de intelectuais e suas obras* – aposta nesta problemática. A autora analisa as iniciativas de “conservação da memória” referentes a Roger Bastide, autor cuja obra se considera uma contribuição relevante para a formação do “patrimônio intelectual” relacionado com o pensamento antropológico no Brasil. Ela propõe precisamente a adoção da categoria “patrimônio intelectual” como marco de referência para a identificação de uma

tradição particular e específica da Antropologia brasileira; além disso, insere essa tradição no campo da “Antropologia da memória”. Tais movimentos contribuem para a análise da temática.

Oliveira de Andrade assinala que os “cultos de memória” em torno de Bastide desenvolvem-se em dois âmbitos diferentes – França e Brasil –, implicando meios intelectuais distintos. A ocorrência dos “cultos” nos dois espaços permite-lhe estabelecer um contraponto entre ambos. Ela marca, por último, como os projetos de conservação da memória têm suscitado múltiplas releituras do autor, realinhando os estudos afro-brasileiros, mais especificamente as religiões afro-brasileiras e as relações inter-raciais.

Sobre alguns eixos de discussão na problemática patrimonial

As transformações na categoria de patrimônio

Os trabalhos que abordam os processos de desenvolvimento que tem experimentado a questão patrimonial na América Latina focam a passagem histórica entre as velhas concepções e as atuais, estabelecendo o final da década de 70 e início da de 80 como o marco temporal das relevantes transformações que se iriam produzir na problemática.

Em tal sentido, faz-se referência aos conhecidos e importantes aportes que, vinculados com os processos de desenvolvimento teórico disciplinares que se dão primeiro no Brasil e depois no México, implicariam fortes modificações na conceituação e no tratamento do patrimônio.

Não obstante uma historicização das mudanças havidas na temática, há de se considerarem os fatos que, produzidos fora do âmbito acadêmico, contribuíram para a geração dos novos paradigmas. O processo que se deu no campo científico/universitário não pode ser pensado isolado a despeito de um movimento mais geral que vinha acontecendo em organismos internacionais.

Entendemos que uma adequada compreensão do tema implica a adoção de uma perspectiva mais complexa, capaz de contemplar processos de maior alcance, dados a um nível geral. Entretanto, neste momento nos ateremos a um destes processos de desenvolvimento, especificamente a Documentos, Convênios e Recomendações

emanados de organismos internacionais e europeus que, de alguma forma, têm contribuído na produção de mudanças importantes sobre a abordagem da questão.

Sua análise implica a possibilidade de vincular os processos teóricos de desenvolvimento sobre o tema patrimonial que se tem produzido nesta área disciplinar de referência, com uma de suas dimensões contextuais (a das instituições internacionais – e excepcionalmente nacionais – que operam como espaços de geração de diretivas, orientações, linhas de ação e políticas sobre a questão, assim como de controle das ações dos Estados).

Brevemente, mencionaremos alguns de tais aportes, a fim de dar conta da posição que estamos atribuindo-lhes³.

- 1954. Assina-se em Haya o Convênio para a “Proteção dos Bens Culturais no caso de conflito armado”. Esta é a primeira vez que o conceito de “bens culturais” é utilizado, porém estes se referem fundamentalmente aos portadores de valores históricos e artísticos, inscrevendo-se ainda numa concepção de patrimônio ligada à idéia de “acervo”.
- 1966. Desenvolve-se o trabalho da denominada Comissão Franceschini, do parlamento italiano, sendo que sua análise dos bens culturais realiza uma enumeração de seus diferentes tipos e brinda uma noção genérica em virtude da qual deveriam ser considerados como tais “os bens que constituam um testemunho material dotado de valor de civilização”. Postula-se que o bem constitui o elemento material de “interesses de natureza imaterial e pública” (COMISSÃO FRANCESCHINI, 1966). Um mérito destas apreciações (que tem sido reiteradamente assinalado) é expor a questão do próprio sentido do objeto físico e sua consideração como bem cultural. Os encaminhamentos apresentados foram inclusivos, sem diferenciar entre material-imaterial. Isto implica que são os valores que se atribuem aos objetos de referência o que define sua significação cultural e o que justifica sua preservação. Assim, todo bem cultural seria definido justamente a partir do significado imaterial que lhe outorgassem. (FERNANDEZ DE PAZ, 2006: 4).

³ A cronologia que enunciamos não pretende, de maneira alguma, ser exaustiva; destaca simplesmente alguns dos instrumentos elaborados por organismos europeus e internacionais acerca da questão patrimonial, a fim de expor seus desenvolvimentos específicos.

- 1972. Sob o marco da UNESCO, tem lugar em Paris a Convenção sobre a “Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”. Esta não aludirá mas a “bens culturais”, mas sim a “patrimônio cultural”. Entretanto, deixa claro que a problemática patrimonial (associada às tarefas de proteção, conservação e revalorização) transcende aos estados nacionais, passando a ser um assunto que incumbe a toda a comunidade internacional. A partir de tais considerações, o documento define o patrimônio cultural e natural. Resulta relevante que, no primeiro tópico, se incluem obras do Homem que sejam “valiosas” não somente do ponto de vista histórico e estético/artístico, mas também da perspectiva etnológica ou antropológica. Isso implica a “abertura” do conceito a manifestações culturais do presente.
- 1989. Destaca-se a Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (Convenção de Paris). Reconhece-se que a mesma forma parte do patrimônio universal da humanidade e que ocupa um lugar na cultura “contemporânea”. Desloca-se dos bens estimados em suas particularidade para a “cultura”. Desta forma, compreende-se uma ampla variedade de manifestações, somam-se as produções de populações rurais (que têm sido usualmente identificadas como culturas “populares e tradicionais”) àquelas criadas em zonas urbanas por distintos grupos sociais. Portanto, há uma ampliação do entendimento de “diversidade cultural”, que neste momento passa a ser considerada um bem merecedor de proteção.
- 2003. Distingue-se a Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO). Produzem-se modificações na nomenclatura: a denominação adotada em 1989 de “cultura tradicional e popular” será substituída pela de “patrimônio cultural imaterial” (PCI). O PCI vincular-se-á, a partir de então, a fundamentos identitários culturais (retomando a Declaração de Istambul do ano de 2002). O documento entende que até a presente data, nas legislações nacionais e internacionais, predominou a dimensão “material” no contexto de uma concepção clássica do patrimônio, o que refletiu no direito referente aos bens culturais. O objetivo que se busca na Convenção é a reversão de tal questão mediante o reconhecimento do PCI, sua valorização em termos

similares ao patrimônio cultural material e a implementação de medidas tendentes a seu fomento e a seu amparo legal.

- É interessante ressaltar alguns pontos a respeito deste processo:
- Em primeiro lugar, amplia-se e diversifica-se o campo a respeito daqueles bens que são patrimonializáveis, incorporando-se, também, as produções culturais de setores subalternos.
- Em segundo lugar, postula-se a proteção do patrimônio atendendo à íntima relação que este guarda com reconhecimentos identitários; os bens patrimoniais passam a ser considerados evidência testemunhal da identidade dos povos.
- Em terceiro lugar (como assinala J. Agudo Torrico, 1999), valorizam-se os povos atuais não somente como herdeiros e transmissores de bens patrimoniais, mas também como criadores de novos patrimônios.

As observações mencionadas contribuíram para modificar (mas em princípio tiveram sobretudo um valor declarativo) a concepção de patrimônio como acervo – noção que desvinculava os objetos dos sujeitos, das classes e dos grupos sociais.

Também cabe assinalar que, em princípio, as necessidades argumentadas para impulsionar as convenções referidas aludem a situações substancialmente traumáticas, como foram os conflitos bélicos. Posteriormente, são os processos de degradação ocasionados pela própria dinâmica interna das sociedades contemporâneas que despontam (AGUDO TORRICO, 1999).

Voltando a nosso tema inicial, cabe assinalar, primeiramente, que uma análise das modificações produzidas historicamente nas conceituações de patrimônio não pode deixar de considerar a ingerência com que os documentos declaratórios dos organismos internacionais têm influenciado sobre a questão⁴; e, em segundo lugar, que, na atualidade, a própria dinâmica do campo patrimonial põe em relação – e em tensão – as produções de ambos os espaços (o acadêmico e o das entidades supranacionais).

⁴ A observação acerca da adoção de tais Declarações, Convenções e Documentos supõe outorgar-lhes visibilidade e reconhecer que ocupam um lugar no tratamento do campo do patrimônio; de nenhuma maneira implica uma visão acrítica dos mesmos. Não obstante uma análise neste sentido não é objeto do presente trabalho.

Patrimônio material e imaterial – Produções culturais dos setores subalternos

A diferenciação que se tem estabelecido entre patrimônio material e imaterial (ou tangível e intangível) foi recentemente adotada pela UNESCO, organismo que, através da “Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, adotou, em 2003, o conceito de “patrimônio cultural imaterial” (PCI) em lugar da categoria “cultura tradicional e popular”, utilizada em 1989.

Neste documento, explicita-se uma definição, compreendendo o patrimônio imaterial “os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte de seu patrimônio cultural”; descrevem-se, ainda, os âmbitos de manifestação do mesmo⁵.

Então, se analisamos tal definição e os seus alcances, essa parece ter por objeto a ampliação da concepção de patrimônio tanto no *tipo de bens e expressões culturais*, como na consideração de *grupos e setores sociais* que não haviam sido contemplados nem reconhecidos na noção clássica, contribuindo para sua legitimação e reconhecimento; a definição alude fortemente ao tradicional, ao oral e ao popular. A recente norma possibilita novos processos de patrimonialização.

Não obstante, a adoção da nova nomenclatura não resulta favorável, na medida em que reanima discussões já superadas em outros âmbitos, fecha certos debates e introduz imprecisões e falácias sobre os alcances e características das produções culturais dos setores subalternos.

Os aspectos problemáticos da distinção conceitual entre patrimônio cultural tangível e intangível são suficientemente conhecidos⁶. A separação entre o físico/material e o imaterial/oral resulta inviável, uma vez que ambos os aspectos estão inevitavelmente unidos e se articulam em qualquer expressão cultural e patrimonial. E mais: como alguns autores têm assinalado, a intangibilidade pode ser

5 Esses são: tradições e expressões orais, artes do espetáculo, rituais e atos festivos, conhecimentos relacionados com a natureza e o universo e técnicas artesanais tradicionais.

6 As dificuldades que assinalamos apontam para aspectos teóricos e conceituais e para as falácias subjacentes a tal distinção. Não obstante, entendemos que, com os esclarecimentos pertinentes, a distinção tangível/intangível pode resultar útil para um primeiro nível empírico/descritivo.

valorizada inclusive como o aspecto mais relevante de um bem, na medida em que precisamente sua legitimação como patrimônio será resultado das lutas pela imposição do sentido; são os significados, os usos e valores que se assinalam e se atribuem às expressões culturais os fatores que determinam seu caráter e, portanto, sua inclusão no campo patrimonial⁷.

Além disso, o documento, se pretende valorizar a diversidade cultural, expressa acepções patrimoniais que resultam problemáticas ainda em outro sentido: tanto nos critérios com os quais as definições são construídas e as categorias são demarcadas, como na medida em que estas conservam vícios das definições clássicas:

1) Trata-se de concepções que tendem a identificar as manifestações culturais dos setores subalternos e populares com as formas intangíveis, ou, em todo caso, a hierarquizar (ponderando-o diferencialmente) este aspecto nas produções de tais grupos. A identificação entre patrimônio cultural imaterial e produções culturais dos setores subalternos é corolária da operação materializada em 2003, quando se designou como PCI aquilo que, em 1989, se havia denominado “cultura tradicional e popular”. O relevante aqui é que essa correspondência/equivalência, que pretende ser meramente terminológica, não é neutra; supõe um recorte e implica certos pressupostos que subjazem ao mesmo, assim como delimita o campo fenomênico comprometido na problemática.

2) Trata-se de concepções que mostram dificuldades para compreender o patrimônio como construção social⁸ e enquanto processo. O predomínio concedido dentro do campo para as expressões culturais usualmente compreendidas na definição clássica é atribuído a razões de índole histórica e cultural; não há nenhuma referência para a ingerência que os contextos políticos e socioeconômicos têm tido em tais atribuições.

7 Sobre este ponto, pode-se consultar (entre outros) o trabalho de A. M. Gorosito Kramer, que aborda a discussão precisamente a partir de um estudo de caso sobre um objeto “material” (as ruínas das Reduções Jesuítas em Missões).

8 “(...) esto es, como una cualidad que se atribuye a determinados bienes o capacidades, seleccionados como integrantes del patrimonio, de acuerdo a jerarquías que valorizan unas producciones y excluyen otras” (ROSAS MANTECÓN, 1998: 4). Tal conceituação, sumamente frutífera para a análise da problemática, resulta particularmente fecunda no tratamento das produções dos grupos subalternos, na medida em que possibilita colocar em relevo precisamente a índole desigual dos processos de construção e de legitimação patrimonial e de sua utilização atual, incorporando à análise a dimensão do conflito.

3) Trata-se de concepções que priorizam uma temporalidade extensa; há uma tendência a privilegiar manifestações culturais de larga existência, prevalecendo uma profundidade histórica sumamente ampla e dilatada, com traços relevantes dos fenômenos culturais a serem patrimonializáveis. Tal critério atravessa todo o documento da UNESCO⁹.

Esses dados põem em evidência, então, um tópico, a nosso entender, crítico a respeito dos critérios vigentes de legitimação patrimonial e que se refere à densidade histórica exigida das expressões culturais para que estas adquiram caráter de patrimonializáveis. Tal exigência guarda estreita relação com as implicações que suportam toda a aposta no valor de um bem selecionado como patrimônio, entendendo que esta aposta não se refere somente a uma questão classificatória, mas também carrega sempre um forte conteúdo ideológico (ROTMAN, 2005).

Neste mesmo sentido, tem-se assinalado que o pouco interesse em documentar o passado recente relaciona-se com as dificuldades na definição do que significam as heranças culturais, mas também se vincula a uma visão limitada e parcial que se tem desde as instâncias decisórias, dos conceitos de história e de patrimônio (NOVELO, 2005).

Os pontos levantados anteriormente contribuem para visualizar que as questões de poder são constitutivas da construção, da legitimação e da apropriação do patrimônio, considerando este um espaço de confronto, e mostram, neste sentido, que o problema é de caráter político, já que implica

[...] processos de autodefinição e de heterodefinição coletiva em que se põem em marcha relações de poder; dito de outro modo, a capacidade de fazer valer como legítimo o ponto de vista próprio sobre “quem é quem”, “que representa que” e, sobre tudo, “que representa a quem” (CRUCES, 1998: 77).

9 E é particularmente claro quando se observam as expressões culturais que foram reconhecidas na primeira e na segunda “Proclamação de obras mestras do patrimônio oral e imaterial da humanidade”, durante 2001 e 2003 respectivamente. Figuram ali a arte narrativa dos akynes, narradores épicos kirguises da Ásia central; o teatro sanscrito Kutiyattam da Índia; o Carnaval de Binche, na Bélgica; a cosmovisão andina dos kallawayas da Bolívia; as técnicas de artesanato em madeira dos zafimaniry de Madagascar na África.

A respeito da problemática patrimonial vinculada aos setores subalternos, interessa-nos realizar alguns mínimos apontamentos sobre a questão.

Cabe ressaltar a crescente realização, nos últimos anos, de trabalhos que abordam a temática patrimonial em grupos subalternos urbanos e rurais (não indígenas), ainda que tais produções continuem sendo insuficientes. Têm-se marcado a escassez de estudos e as dificuldades de visibilidade e de registro das produções culturais de tais setores, tanto no caso do Brasil (DURHAM, 1984) como no do México (GARCIA CANCLINI, 1993; FLORESCANO, 1993)¹⁰ e no da Argentina (ROTMAN, 1999). Ademais, como têm assinalado alguns pesquisadores, as desvantagens para intervir plenamente no desenvolvimento patrimonial dentro das sociedades complexas acentuam-se nos setores populares mais próximos ao desenvolvimento moderno (GARCIA CANCLINI, 1993: 44). Fica como dívida pendente e como desafio para os analistas incrementar a pesquisa neste campo, gerando e selecionando as perspectivas analíticas e as estratégias pertinentes para tal fim.

Tem-se defendido suficientemente que, enquanto existir um discurso oficial que confira legitimidade a todas as formas culturais, de fato haverá uma hierarquia dos bens simbólicos, na qual o capital específico dos grupos subalternos ocupa um lugar subordinado. Neste sentido (e para além da existência de diversos enfoques, referentes a distintos períodos), estimamos que cabe recuperar a perspectiva analítica de Garcia Canclini (1993: 43), que sugere a adoção do conceito de “capital cultural” de Bourdieu para analisar processos relacionados com o patrimônio. A proposta pode resultar fecunda na medida em que dinamiza a noção e basicamente a situa na esfera da reprodução social.

A respeito do patrimônio cultural dos setores subalternos em relação com o tema da preservação, cabe fazer uma mínima reflexão.

Na atualidade propõem-se diversas ações possíveis em relação ao citado tópico. Interessa-nos retomar nesta matéria projetos recentes¹¹,

¹⁰ No México, o que se destaca são os excepcionais programas como o do Museu Nacional de Culturas Populares, cujas exposições e livros ampliam a documentação das culturas subalternas para além do indígena (GARCÍA CANCLINI, 1993: 45).

¹¹ Aludimos para as formulações propostas por A. M. Ochoa Gautier (2001), que se referem a um patrimônio “intangível” e se originam na análise de certas expressões musicais, porque estimamos que são amplamente generalizáveis às manifestações culturais dos setores subalternos.

os quais assinalam que o problema reside no fato de que, em geral, nenhuma das formas de preservação resulta evidente e de que em todas subjazem tramas políticas e ideológicas¹². Neste sentido, então, uma política de conservação deveria começar por tornar visíveis os conflitos que atravessam as práticas e as decisões sobre essas práticas, descobrindo-se, assim, as tramas não explícitas. A questão, então, não seria tanto de preservação como de estabelecimento de políticas e de ações estatais que tendessem a equilibrar a distribuição de poder, permitindo que as representações de distintos grupos sociais adquirissem validade. O problema, em definitivo, é de justiça social e cultural (OCHOA GAUTIER, 2001).

Neste sentido – e em relação como o assinalado anteriormente –, alguns planejamentos a respeito da função pública assinalam que na atualidade mudaria o eixo da mesma. Não se trataria, como agora, de definir conteúdos, mas de implementar políticas culturais que apontassem para a possibilidade de que se expresse e se ouça uma diversidade de vozes que não têm o mesmo acesso aos recursos para se fazerem presentes na esfera pública. Isso implica abrir espaços para a presença social da diversidade e promover a inclusão dos menos favorecidos (JELIN, 2001: 180).

Não obstante, não se trata somente de que as representações de distintos grupos sociais alcancem validação, mas sim de implementar as medidas necessárias para garantir a produção e a reprodução das práticas culturais por parte de seus executantes, assim como sua reprodução social – e este é o ponto que exige imediata reflexão.

Referências bibliográficas

AGUDO TORRICO, J.; FERNANDEZ DE PAZ, E. “Introducción”. *En: Patrimonio Cultural y Museología*. Santiago de Compostela: FAAEE, 1999.

¹² Ochoa Gautier refere-se aqui a “políticas da memória” e entende que a construção da memória se dá mediante um processo de representações que a canalizam e que, através de tais representações, estabelecemos nossas relações com o passado (2001: 14).

COMISSIONE FRANCESCHINI. “Relazione Della comisione d’indagine per la tutela e la valorizzazione del patrimonio storico, archeologico, artistico e del paesaggio”. **Revista trimestrale di directo pubblico**, año XVI (1), 1966 (pp. 119-244).

CRUCES, F. “Problemas en torno a la restitución del patrimonio. Una visión desde la Antropología”. *En*: **Alteridades**, n.º 16. México: 1998 (pp.75-84).

DURHAM, E. “Cultura, patrimonio e preservacao. Texto II”. *En*: ARANTES, A. **Produzindo o passado. Estrategias de construcao do patrimonio cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984 (pp. 23-58).

FERNANDEZ DE PAZ, E. “De tesoro ilustrado a recurso turístico: el cambiante significado del patrimonio cultural”. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, volumen 4, n.º 1, 2006 (pp. 1-12).

FLORESCANO, E. “El patrimonio cultural y la política de la cultura”. *En*: FLORESCANO, E. (comp.). **El patrimonio cultural de México.. México**: Fondo de Cultura Económica, 1993 (pp. 9-39).

GARCIA CANCLINI, N. “Los usos sociales del patrimonio cultural”. *En*: FLORESCANO, E. (comp.). **El patrimonio cultural de México. México**: Fondo de Cultura Económica, 1993 (pp. 41-61).

GOROSITO CRAMER, A. M. “Patrimonio y Propiedad”. *En*: **Memorias, Identidades e Imaginarios Sociales**. Comisión para la preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2001.

JELIN, Elizabeth. “Las memorias en la calle y en la acción. Espacios de lucha por los Derechos Humanos”. *En*: **Memorias, Identidades e Imaginarios Sociales**. Comisión para la preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2001 (pp.173-180).

NOVELO, V. “Herencias culturales desconocidas, el caso del patrimonio industrial mexicano”. *En*: ROTMAN, M. & MARTIN, A. (eds.). **Cuadernos de Antropología Social** – Dossier “Cultura y Patrimonio: perspectivas contemporáneas en la investigación y la gestión”, n.º 21, ICA, FFyL, UBA, 2005.

OCHOA GAUTIER, A. M. “El Patrimonio Intangible en un mundo globalizado: De que memoria estamos hablando?”. *En: Memorias, Identidades e Imaginarios Sociales*. Comisión para la preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2001 (pp.11- 17).

ROSAS MANTECÓN, A. “El Patrimonio cultural. Estudios contemporáneos. Presentación”. *En: Alteridades*, n.º 16. México: 1998 (pp. 3-9).

ROTMAN, M. “Introducción”. *En: ROTMAN, M. & MARTIN, A. (eds.). Cuadernos de Antropología Social – Dossier “Cultura y Patrimonio: perspectivas contemporáneas en la investigación y la gestión”, n.º 21, ICA, FFyL, UBA, 2005.*

ROTMAN, M. “El reconocimiento de la diversidad en la configuración del patrimonio cultural: cuando las artesanías peticionan legitimidad”. *En: AGUDO TORRICO, J. & PAZ, Esther (comp.). Patrimonio cultural y Museología*. Santiago de Compostela: FAAEE, 1999 (pp.151-160).

Documentos

UNESCO. **Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural**. 1972.

UNESCO. **Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial**. 2003.

UNESCO. “Recomendación de la UNESCO sobre la salvaguardia de la cultura tradicional y popular”. **Actas de la Conferencia general** (volumen 1)- Resoluciones. 25ª. Reunión, París, 17 de octubre-16 de noviembre de 1989. Organización de las Naciones Unidas para la educación, la Ciencia y la Cultura.